Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Grendene S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Sobral – CE, Brasil. As operações fabris estão concentradas principalmente na matriz, localizada no Município de Sobral, no Estado do Ceará. Possui, ainda, plantas industriais nas cidades de Fortaleza e Crato, no Estado do Ceará, Teixeira de Freitas, na Bahia e em Farroupilha e Carlos Barbosa, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Grendene desenvolve, fabrica, distribui e comercializa calçados para diversas situações de uso e para todas as classes sociais, atuando nos segmentos masculino, feminino, infantil e de consumo de massa.

O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Não houve alterações nas políticas contábeis e métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras da Grendene S.A. foram aprovadas em reunião da diretoria executiva realizada em 24 de janeiro de 2013.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei n° 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia não adquiriu nenhuma empresa ou negócio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Não há em 31 de dezembro de 2012 e 2011 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

- c) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações
 - c.1) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A seguir apresentam-se as que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1°de janeiro de 2013:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011) A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras, visto que a Companhia não possui benefícios pós-emprego.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- c) <u>Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações-</u>
 Continuação
 - c.1) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação
 - IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (revisado em 2011) –
 Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece
 no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de
 controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em
 separado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em
 suas demonstrações financeiras, visto que não divulga demonstrações
 financeiras separadas.
 - IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. A administração não espera impactos às demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.
 - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Esta norma alterou as divulgações exigidas para incluir informações de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
 - IFRS 10, 11 e 12 Orientações durante a Transição A alteração desta norma traz exceções adicionais durante a transição aos IFRS 10, 11 e 12, limitando a exigência de informações comparativas apenas para período comparativo precedente. No caso de entidades estruturadas não consolidadas, elimina a obrigação de apresentar informações comparativas de períodos anteriores à adoção inicial do IFRS 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- c) <u>Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações-</u>
 Continuação
 - c.1) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação
 - IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades que são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, consequentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo: controle sobre a atividade relevante). Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.
 - IFRS 11 Investimentos compartilhados ("joint arrangements") Descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados ("joint ventures"). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional linha a linha de "joint ventures" ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. A administração não espera impactos às demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.
 - IFRS 12 Divulgações de investimentos em outras entidades Introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos em subsidiárias, joint-ventures, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.
 - IFRS 13 Mensuração do valor justo Fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justo quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- c) <u>Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações-</u>
 Continuação
 - c.1) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação

A seguir apresenta-se a que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1° de janeiro de 2014:

 IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se a que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1° de janeiro de 2015:

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	País	Participação Direta (2012 e 2011)
Grendene Argentina S.A.	Argentina	95%
MHL Calçados Ltda.	Brasil	99,998%
Grendene USA, Inc.	USA	100%

Características principais das entidades incluídas na consolidação:

- Grendene Argentina S.A.: empresa sediada na Argentina, suas atividades concentram-se na comercialização e abastecimento do mercado argentino.
- MHL Calçados Ltda.: empresa sediada no estado da Bahia, suas atividades concentram-se na industrialização e comercialização de calçados.
- Grendene USA, Inc: empresa sediada nos Estados Unidos, atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano.

Não há investimentos em coligadas ou *joint ventures*, em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas:
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominados nas moedas U\$ Dólar e Peso Argentina são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

c) <u>Instrumentos financeiros</u>

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

c.1) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- c) Instrumentos financeiros--Continuação
 - c.1) Ativos financeiros--Continuação
 - c) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
 - d) Ativos financeiros disponíveis para venda: ativos financeiros que não se qualificam nas categorias c.1a., c.1b. e c.1c acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os referidos efeitos tributários são registrados em contrapartida ao ativo/passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e derivativos.

c.2) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- c) Instrumentos financeiros--Continuação
 - c.2) Passivos financeiros--Continuação
 - b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têmse a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos financeiros e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 18.a.

c.5) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo através do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

c.6) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "Hedge", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "hedge accouting".

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 18.b.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 6).

e) Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c.1. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

f) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foram constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 180 dias, desconsiderando os que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

A provisão para descontos por pontualidade é constituída no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contrapartida registrada à rubrica de deduções de vendas.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 7.

g) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos (bons, porém não mais servíveis para o negócio da Companhia) são constituídas levando em consideração o histórico de revendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foi constituída provisão em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

h) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com a Deliberação CVM n° 639 que aprovou o CPC 01 (R1) — Redução do Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor contábil do ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão para ajuste de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

j) Intangível

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão para ajuste de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

I) Tributação

1.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

1.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- I) <u>Tributação</u>--Continuação
 - 1.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização.

Os tributos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

m) Subvenções governamentais para investimentos

Os incentivos fiscais correspondem à: (i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e (ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 13).

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido. Os valores provenientes de incentivos estaduais poderão ter destinação diversa conforme previsto na Lei n°11.941, de 27 de maio de 2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

n) Pagamento baseado em ações

Diretores e Gerentes da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações (outorga de opções de compra de ações), em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza técnicas de precificação e valorização.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício, conforme demonstrado na Nota 20.

O efeito das opções em aberto no lucro líquido diluído por ação é demonstrado na Nota 15.g.

o) Informações por segmento

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo, como divulgado na Nota 24.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

p) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros componentes de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Áreas que requerem maior nível de julgamento e que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

r) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

s) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

t) Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) — Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. As movimentações relativas a aplicações financeiras são apresentadas nas atividades de investimentos. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09.

u) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

5. Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

5. Estimativas e premissas contábeis--Continuação

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado reduzido dos custos incorridos para realizar a venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam das estimativas de resultado para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: As regulamentações tributárias no Brasil são complexas, o que remete a incertezas com relação à interpretação dos mesmos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

5. Estimativas e premissas contábeis--Continuação

Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: As avaliações da probabilidade de perdas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para desconto pontualidade; a provisão para perdas no estoque; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades	3.716	2.728	7.914	5.796
Aplicações financeiras	4.409	48.400	6.575	55.722
Total de caixa e equivalentes	8.125	51.128	14.489	61.518
Aplicações financeiras				
Títulos disponíveis para venda	-	341.618	-	341.618
Títulos ao valor justo através do resultado	183.989	2.811	183.989	2.811
Títulos mantidos até o vencimento	675.432	509.633	675.432	509.633
	859.421	854.062	859.421	854.062
(-) Total do ativo circulante	(465.032)	(684.392)	(465.032)	(684.392)
Total do ativo não circulante	394.389	169.670	394.389	169.670
Total	867.546	905.190	873.910	915.580

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras são classificadas em "Títulos disponíveis para venda" "Títulos ao valor justo através do resultado" e "Títulos mantidos até o vencimento", conforme a estratégia de investimentos da Companhia, e possuem liquidez imediata.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos a vencer	704.425	619.193	793.984	616.564
Títulos vencidos até 30 dias	33.698	29.304	45.663	32.244
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	3.103	4.929	4.742	5.269
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	662	2.419	670	2.492
Títulos vencidos há mais de 91 dias	22.826	36.828	23.238	22.582
	764.714	692.673	868.297	679.151
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.722)	(16.285)	(18.859)	(16.458)
Provisão para descontos por pontualidade	(34.617)	(28.778)	(35.205)	(29.231)
Ajustes a valor presente – AVP	(5.714)	(8.245)	(8.084)	(8.876)
	705.661	639.365	806.149	624.586

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 97 e 93 dias respectivamente, e para o mercado externo de 76 e 79 dias, respectivamente.

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	201	2	2011	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Títulos a vencer	704.425	-	619.193	-
Títulos vencidos até 30 dias	33.698	(3)	29.304	-
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	3.103	(6)	4.929	(3)
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	662	(13)	2.419	(12)
Títulos vencidos há mais de 91 dias	22.826	(18.700)	36.828	(16.270)
	764.714	(18.722)	692.673	(16.285)

	Consolidado			
	201	2	2011	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Títulos a vencer	793.984	-	616.564	-
Títulos vencidos até 30 dias	45.663	(3)	32.244	-
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	4.742	(6)	5.269	(3)
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	670	(13)	2.492	(12)
Títulos vencidos há mais de 91 dias	23.238	(18.837)	22.582	(16.443)
	868.297	(18.859)	679.151	(16.458)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	(16.285)	(2.342)	(16.458)	(2.483)
Adições	(3.642)	(16.205)	(3.848)	(16.369)
Reversão/ realizações	1.205	2.262	1.447	2.413
Variação cambial		<u>-</u>	<u>-</u>	(19)
Saldo no final do exercício	(18.722)	(16.285)	(18.859)	(16.458)

A movimentação da provisão para desconto pontualidade está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consol	idado
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	(28.778)	(23.794)	(29.231)	(23.981)
Adições	(18.489)	(14.796)	(18.725)	(15.123)
Reversão/ realizações	12.650	9.812	12.751	9.873
Saldo no final do exercício	(34.617)	(28.778)	(35.205)	(29.231)

8. Estoques

	Controladora		Consol	lidado
	2012	2011	2012	2011
Calçados	25.097	20.951	41.460	43.003
Componentes	28.512	27.519	28.804	27.981
Matérias primas	46.339	38.235	46.633	38.420
Materiais de embalagem	8.367	6.121	8.540	6.217
Materiais intermediários e diversos	16.094	16.112	16.193	16.228
Mercadoria para revenda	334	207	334	
Adiantamentos a fornecedores	16.076	3.118	16.076	3.118
Importação em andamento	6.310	1.730	6.310	1.730
Estoques em poder de terceiros	13.029	10.031	13.029	10.281
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	(3.260)	(2.963)	(3.435)	(3.073)
	156.898	121.061	173.944	144.112

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

8. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para ajuste dos estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	(2.963)	(2.372)	(3.073)	(2.527)
Adições	(561)	(983)	(807)	(1.191)
Reversão/ realizações	264	392	436	661
Variação cambial	-	-	9	(16)
Saldo no final do exercício	(3.260)	(2.963)	(3.435)	(3.073)

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.

9. Créditos tributários

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	1.650	4.746	5.339	6.975
Imposto de renda retido na fonte	9.500	5.073	9.725	5.167
IPI a recuperar	420	314	421	315
ICMS a recuperar	5.551	6.311	9.941	10.013
PIS a recuperar	64	52	65	131
COFINS a recuperar	295	739	302	1.104
INSS a recuperar	11	10	11	10
	17.491	17.245	25.804	23.715
(-) Total ativo circulante	(16.969)	(16.793)	(25.282)	(23.263)
Total do ativo não circulante	522	452	522	452

a) Imposto de renda e contribuição social

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

b) Imposto de renda retido na fonte

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

9. Créditos tributários--Continuação

c) ICMS e IPI a recuperar

Os saldos são gerados nas operações comerciais podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

d) PIS e COFINS a recuperar

Corresponde ao saldo do PIS e da COFINS, a ser compensado com impostos e contribuições federais.

10. Investimentos

a) Composição dos investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

Controladora		Consol	idado
2012	2011	2012	2011
52.903 (2.664)	32.450 (2.979)	- -	-
` 877 [^]	1.670 [°]	877	1.670
51.116	31.141	877	1.670
	2012 52.903 (2.664) 877	2012 2011 52.903 32.450 (2.664) (2.979) 877 1.670	2012 2011 2012 52.903 32.450 - (2.664) (2.979) - 877 1.670 877

b) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldos no início do exercício	31.141	31.573	1.670	877
Adições	27	793	27	793
Aumento de capital de controlada	4.060	-	-	-
Baixa	(820)	-	(820)	-
Equivalência patrimonial	16.382	(1.414)	-	-
Ajustes ganho/perda da conversão da moeda Reversão dos lucros não realizados nos	326	1.698	-	-
estoques		(1.509)		
Saldos no final do exercício	51.116	31.141	877	1.670

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

c) <u>Informações financeiras resumidas das controladas diretas (consolidadas)</u>

	Grendene Argei	ntina S.A. (*)	MHL Calçad	os Ltda.	Grendene USA, Inc. (*)		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Ativo circulante Ativo não circulante	112.796 2.188	57.732 159	14.358 1.980	19.591 2.254	16.937 6.867	15.474 5.508	
Total do ativo	114.984	57.891	16.338	21.845	23.804	20.982	
Passivo circulante Passivo não circulante	90.395	50.131	2.516 -	10.508	8.082	7.241	
Total do passivo	90.395	50.131	2.516	10.508	8.082	7.241	
Patrimônio Líquido das controladas Percentual de	24.589	7.760	13.822	11.337	15.722	13.741	
participação	95%	95%	99,998%	99,998%	100%	100%	
Participação no patrimônio líquido (investimento)	23.359	7.372	13.822	11.337	15.722	13.741	
Receitas Custos e despesas	155.488 (137.720)	66.707 (66.605)	30.513 (28.028)	27.216 (26.413)	19.544 (22.841)	11.426 (12.270)	
Lucro/prejuízo líquido do exercício das controladas	17.768	102	2.485	803	(3.297)	(844)	
Percentual de participação Resultado de equivalência Lucro não realizado	95% 16.879 791	95% 97 (800)	99,998% 2.485 -	99,998% 803 -	100% (3.297) (476)	100% (844) (670 <u>)</u>	
Total de equivalência patrimonial	17.670	(703)	2.485	803	(3.773)	(1.514)	
Caixa líquido das atividades operacionais Caixa líquido das atividades	(69.468)	7.363	(6.095)	4.810	(3.314)	3.212	
de investimento	-	-	(102)	(207)	(936)	(3.803)	
Caixa líquido das atividades de financiamento	71.831	(7.253)	•	<u> </u>	4.059	<u> </u>	
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	2.363	110	(6.197)	4.603	(191)	(591)	
•					<u>` </u>	<u> </u>	

^(*) Auditadas por outros auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

11. Imobilizado

_				
Co	ntr	ดเล	กท	ra

				• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •				
				2012	!			
Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	153.605	240.782	10.526	17.454	3.378	3.958	5.846	435.549
Aquisições	1.838	21.173	1.759	4.149	316	17.611	5.395	52.241
Baixas	(296)	(10.110)	(55)	(1.503)	(16)	(363)	(216)	(12.559)
Transferências	2.024	5.988	220	496	184	(7.883)	(1.029)	-
Saldo em 31/12/2012	157.171	257.833	12.450	20.596	3.862	13.323	9.996	475.231
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2011	(73.521)	(152.922)	(5.677)	(12.293)	(2.326)	-	(3.238)	(249.977)
Depreciação	(5.539)	(16.895)	(889)	(2.061)	(392)	-	(468)	(26.244)
Baixas	3	8.979	40	1.409	13	-	104	10.548
Transferências	-	539	(1)	(490)	(48)	-	-	
Saldo em 31/12/2012	(79.057)	(160.299)	(6.527)	(13.435)	(2.753)	-	(3.602)	(265.673)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2011	80.084	87.860	4.849	5.161	1.052	3.958	2.608	185.572
Saldo em 31/12/2012	78.114	97.534	5.923	7.161	1.109	13.323	6.394	209.558

Controladora

				2011				
Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	151.522	221.662	9.211	17.268	2.795	3.049	4.211	409.718
Aquisições	593	16.198	1.307	1.603	409	9.465	2.497	32.072
Baixas	(299)	(3.938)	(23)	(1.553)	(21)	(300)	(107)	(6.241)
Transferências	1.789	6.860	31	136	195	(8.256)	(755)	-
Saldo em 31/12/2011	153.605	240.782	10.526	17.454	3.378	3.958	5.846	435.549
Depreciação acumulada Saldo em 31/12/2010	(68.211)	(140.141)	(4.937)	(12.193)	(1.975)	-	(2.856)	(230.313)
Depreciação	(5.463)	(16.166)	(788)	(1.624)	(315)	-	(458)	(24.814)
Baixas	153	3.420	9	1.490	2	-	76	5.150
Transferências	-	(35)	39	34	(38)	-	-	
Saldo em 31/12/2011	(73.521)	(152.922)	(5.677)	(12.293)	(2.326)	-	(3.238)	(249.977)
Valor contábil líquido Saldo em 31/12/2010	83.311	81.521	4.274	5.075	820	3.049	1.355	179.405
Saldo em 31/12/2011	80.084	87.860	4.849	5.161	1.052	3.958	2.608	185.572

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

Consoli	Ahch

				2012	!			
Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	153.605	247.521	11.376	18.083	3.390	3.958	5.881	443.814
Aquisições	1.838	21.980	1.888	4.200	316	17.611	5.395	53.228
Baixas	(296)	(10.124)	(217)	(1.526)	(16)	(363)	(216)	(12.758)
Transferências	2.024	5.938	216	546	188	(7.883)	(1.029)	-
Variação cambial		408	93	39	-	-	3	543
Saldo em 31/12/2012	157.171	265.723	13.356	21.342	3.878	13.323	10.034	484.827
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2011	(73.521)	(154.021)	(6.174)	(12.793)	(2.332)	-	(3.267)	(252.108)
Depreciação	(5.539)	(17.678)	(973)	(2.125)	(395)	-	(475)	(27.185)
Baixas	3	8.981	132	1.431	13	-	104	10.664
Transferências	-	548	(1)	(499)	(48)	-	-	-
Variação cambial		(3)	(44)	(36)	-	-	(2)	(85)
Saldo em 31/12/2012	(79.057)	(162.173)	(7.060)	(14.022)	(2.762)	-	(3.640)	(268.714)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2011	80.084	93.500	5.202	5.290	1.058	3.958	2.614	191.706
Saldo em 31/12/2012	78.114	103.550	6.296	7.320	1.116	13.323	6.394	216.113

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

				Consolid	lado			
•				2011				
Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	151.522	224.622	9.700	17.853	2.806	3.049	4.242	413.794
Aquisições	593	19.877	1.579	1.625	410	9.465	2.497	36.046
Baixas	(299)	(4.071)	(23)	(1.580)	(21)	(300)	(107)	(6.401)
Transferências	1.789	6.860	31	136	195	(8.256)	(755)	-
Variação cambial	-	233	89	49	-	=	4	375
Saldo em 31/12/2011	153.605	247.521	11.376	18.083	3.390	3.958	5.881	443.814
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2010	(68.211)	(140.944)	(5.335)	(12.621)	(1.979)	-	(2.876)	(231.966)
Depreciação	(5.463)	(16.494)	(837)	(1.678)	(317)	-	(465)	(25.254)
Baixas	153	3.453	9	1.514	2	-	76	5.207
Transferências	-	(35)	39	34	(38)	-	-	-
Variação cambial	-	(1)	(50)	(42)	-	-	(2)	(95)
Saldo em 31/12/2011	(73.521)	(154.021)	(6.174)	(12.793)	(2.332)	-	(3.267)	(252.108)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2010	83.311	83.678	4.365	5.232	827	3.049	1.366	181.828
Saldo em 31/12/2011	80.084	93.500	5.202	5.290	1.058	3.958	2.614	191.706

Taxas de depreciação

A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, com base na vida útil estimada, usando as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de
	depreciação
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Ferramentas	20%
Veículos	20%
Outros bens imobilizados	10%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

As depreciações são registradas às rubricas de Custos dos Produtos Vendidos, Despesas com Vendas e Despesas Administrativas, na demonstração do resultado consolidado, representando, no exercício, os montantes de R\$20.275, R\$972 e R\$2.121, respectivamente, líquidos de crédito de PIS/COFINS.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos, conforme descrito na Nota 13.c.

12. Intangível

			Co	ontroladora		
				2012		
			Fundos			
		Marcas e	de		Software em	
Custo do intangível	Software	patentes	comércio	Tecnologia	desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2011	19.976	11.312	2.297	780	-	34.365
Aquisições	5.426	1.072	2.077	1.264	495	10.334
Transferência	140	-	-	-	(140)	-
Saldo em 31/12/2012	25.542	12.384	4.374	2.044	355	44.699
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2011	(13.286)	(6.950)	(1.187)	(780)	-	(22.203)
Amortização	(2.908)	(981)	(510)	(108)	-	(4.507)
Saldo em 31/12/2012	(16.194)	(7.931)	(1.697)	(888)	-	(26.710)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2011	6.690	4.362	1.110	-	-	12.162
Saldo em 31/12/2012	9.348	4.453	2.677	1.156	355	17.989

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

12. Intangível--Continuação

				Controladora	ı	
				2011		
Custo do intangível	Soft	ware	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Total
Saldo em 31/12/2010		17.810	10.204	2.297	780	31.091
Aquisições		2.166	1.108	-	-	3.274
Saldo em 31/12/2011		19.976	11.312	2.297	780	34.365
Amortização acumulad	a					
Saldo em 31/12/2010	(10.871)	(6.051)	(888)	(747)	(18.557)
Amortização		(2.415)	(899)	(299)	(33)	(3.646)
Saldo em 31/12/2011	(13.286)	(6.950)	(1.187)	(780)	(22.203)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2010		6.939	4.153	1.409	33	12.534
Saldo em 31/12/2011		6.690	4.362	1.110	-	12.162
			C	onsolidado		
				2012		
Custo do intangível	Software	Marcas e	Fundos de comércio	Tecnologia	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2011	20.262	12.268	2.297	780	-	35.607
Aquisições	5.477	1.072	2.077	1.264	495	10.385
Transferência	140	-	-	-	(140)	-
Variação cambial	33	84	-	_	-	117
Saldo em 31/12/2012	25.912	13.424	4.374	2.044	355	46.109
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2011	(13.545)	(6.955)	(1.188)	(780)	-	(22.468)
Amortização	(2.939)	(983)	(510)	(108)	-	(4.540)
Variação cambial	(23)	-	-	-	-	(23)
Saldo em 31/12/2012	(16.507)	(7.938)	(1.698)	(888)		(27.031)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2011	6.717	5.313	1.109	-	-	13.139
Saldo em 31/12/2012	9.405	5.486	2.676	1.156	355	19.078

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

12. Intangível -- Continuação

			Consolidado		
			2011		
Custo do intangível	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Total
•					
Saldo em 31/12/2010	18.044	11.055	2.297	780	32.176
Aquisições	2.202	1.108	-	-	3.310
Baixa	(13)	-	-	-	(13)
Variação cambial	29	105	-	-	134
Saldo em 31/12/2011	20.262	12.268	2.297	780	35.607
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2010	(11.101)	(6.055)	(888)	(747)	(18.791)
Amortização	(2.430)	(900)	(300)	(33)	(3.663)
Baixa	13	-	-	-	13
Variação cambial	(27)	-		-	(27)
Saldo em 31/12/2011	(13.545)	(6.955)	(1.188)	(780)	(22.468)
Valor contábil líquido					
Saldo em 31/12/2010	6.943	5.000	1.409	33	13.385
Saldo em 31/12/2011	6.717	5.313	1.109	-	13.139

A Companhia amortiza o ativo intangível pelo custo de aquisição, usando as taxas de amortização demonstradas a seguir:

Marcas e natentes 10%		l axas anuais de amortização
Software 20% Fundos de comércio 20% Tecnologia 20%	Fundos de comércio	20%

As amortizações são registradas às rubricas de Custos dos Produtos Vendidos, Despesas com Vendas e Despesas Administrativas, na demonstração do resultado consolidado, representando, no exercício, os montantes de R\$1.430, R\$1.633 e R\$1.338, respectivamente, líquidos de crédito de PIS/COFINS.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2012 e 2011, ativos intangíveis gerados internamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

			Contro	Controladora		Consolidado	
	Indexador	Taxa de juros (a.a)	2012	2011	2012	2011	
Ativo fixo							
Banco Itaú BBA S.A.	Pré-fixado	4,50%	3.184	3.654	3.184	3.654	
Capital de giro							
	Pesos						
Banco Patagônia S.A.	Argentina Pesos	15,92%	-	-	17.669	708	
Banco Itaú S.A.	Argentina Pesos	23,63%	-	-	13.051	-	
BBVA Francês	Argentina Pesos	19,50%	-	-	22.104	-	
Banco Santander Rio	Argentina	20,23%	-	-	20.445	-	
Banco Supervielle S.A.	Pesos	•					
•	Argentina	20,25%	-	-	1.681	-	
Capital de giro – ACC	_						
Banco Bradesco S.A.	Dólar +	2,63%	-	31.906	-	31.906	
Banco do Brasil S.A.	Dólar +	1,01%	288	-	288	-	
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	Dólar +	2,18%	-	8.255	-	8.255	
Capital de giro – ACE							
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	Dólar +	1,90%	-	24.493	-	24.493	
Banco Bradesco S.A.	Dólar +	1,32%	32.099	28.666	32.099	28.666	
Banco do Brasil S.A.	Dólar +	1,06%	13.557		13.557		
Total dos financiamentos							
bancários			49.128	96.974	124.078	97.682	
Proapi - Provin	TJLP		13.885	12.992	13.885	12.992	
Total dos empréstimos e							
financiamentos		·	63.013	109.966	137.963	110.674	
(-) Total do passivo circulante			(48.633)	(96.843)	(123.583)	(97.551)	
Total do passivo não circulante		=	14.380	13.123	14.380	13.123	

a) Financiamentos - Proapi e Provin

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e pelos produtos exportados (Proapi), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

No âmbito do programa Provin, os financiamentos são concedidos com base no ICMS devido, sendo os prazos do benefício e o percentual de redução, conforme abaixo indicados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Financiamentos - Proapi e Provin--Continuação

	Incentivo Provin – ICMS Diferido						
	Incentivo	%	Prazos de vencimento	%	Prazos de vencimento		
Sobral – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Fev/2019	75%	Mar/2019 até Abr/2025		
Crato – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Set/2022	75%	Out/2022 até Abr/2025		
Fortaleza – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Abr/2025				

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi registrado no resultado da controladora um valor de R\$166.685 (R\$139.102 em 2011) relativo às parcelas incentivadas desses financiamentos, no grupo de receita líquida de vendas.

Deste montante o total de R\$148.200 (R\$128.571 em 2011) foi destinado ao pagamento de dividendos, conforme a política da Companhia (Nota 15.f.) sendo o restante, R\$18.485 (R\$10.531 em 2011) destinado para reservas de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido, conforme demonstrado na Nota 15.d.

Em 31 de dezembro de 2012, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$2.215 e R\$11.670 (R\$3.047 e R\$9.945 em 2011), respectivamente. Através de acordo com o Governo do Ceará, a Companhia compensou as parcelas vencidas no ano de 2011 com créditos provenientes dos incentivos fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Financiamentos - Proapi e Provin--Continuação

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos são concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a Companhia paga 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado.

No quadro a seguir apresentamos o prazo de vencimento deste benefício:

	Incentivo	Prazo de vencimento		
Sobral – CE	PROAPI - EXPORTAÇÃO	Até Jan/2014		

b) Cronograma de pagamentos

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo:

			Parcelas de longo prazo					
Vencimentos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	
Financiamentos								
bancários	470	468	468	468	468	368	2.710	
Proapi	4.073	2.653	1.735	1.680	-	-	10.141	
Provin	32	306	133	1.058	-	-	1.529	
Total	4.575	3.427	2.336	3.206	468	368	14.380	

c) Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; e b) garantia fidejussória prestada por aval dos diretores da Companhia. As garantias existentes são pelos valores financiados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

14. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista. A perda estimada foi provisionada, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis que venham ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

A movimentação da provisão trabalhista, está demonstrada a seguir:

Controla	idora	Consolidado		
2012	2011	2012	2011	
3.000 384	3.100	3.003 384	3.103	
(943)	(100)	(943)	(100)	
2.441	3.000	2.444	3.003	
(1.994)	(1.000)	(1.997)	(1.003)	
447	2.000	447	2.000	
	3.000 384 (943) 2.441 (1.994)	3.000 3.100 384 - (943) (100) 2.441 3.000 (1.994) (1.000)	2012 2011 2012 3.000 3.100 3.003 384 - 384 (943) (100) (943) 2.441 3.000 2.444 (1.994) (1.000) (1.997)	

A Companhia tem ações de natureza trabalhista, tributária e cível, envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. A composição e estimativa apresenta-se a seguir:

Controladora / Consolidado		
2012		
2.785	2.785	
383	383	
3.321	5.964	
213	163	
6.702	9.295	
	2.785 383 3.321 213	

Os valores classificados no passivo circulante têm expectativa de desfecho das ações em até um ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 300.720.000, ações ordinárias, no valor de R\$4,09 cada. As ações representativas do capital social estão compreendidas em classe única quanto à natureza dos direitos de seus possuidores e todas com igual direito a voto, respeitadas as condições legais.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ajustes por variação de preços no mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

c) Reserva de capital

Corresponde ao valor dos planos de opções de ações outorgados pela Companhia a seus administradores, cuja contrapartida é o resultado do exercício.

d) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social, que totaliza R\$67.656 em 31 de dezembro de 2012 (R\$51.252 em 2011).

Reserva de lucros retidos

O saldo em 31 de dezembro de 2012, de R\$39.716 (R\$23.838 em 2011) refere-se a valor retido como reserva de retenção de lucros para aquisição de ações de própria emissão, com a finalidade de honrar os planos de remuneração baseados em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reservas de lucros--Continuação

Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais correspondem à redução de 75% do IRPJ incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculados com base no lucro da exploração; e incentivos fiscais de ICMS (Provin) e exportação (Proapi e Procomex) relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados.

		Controladora / Consolidado						
Incentivos	Saldo final em 2011	Incentivos gerados pela operação	Destinação diversa dos incentivos	Saldo final em 2012				
ICMS e	CIII ZUTT	poid operagae	uoo moonavoo	CIII ZUIZ				
Exportação	287.982	167.881	(148.200)	307.663				
IRPJ	118.462	82.701	-	201.163				
	406.444	250.582	(148.200)	508.826				

		Controladora / Consolidado						
Incentivos	Saldo final em 2010	Incentivos gerados pela operação	Destinação diversa dos incentivos	Saldo final em 2011				
ICMS e								
Exportação	276.648	139.905	(128.571)	287.982				
IRPJ	59.768	58.694	· -	118.462				
	336.416	198.599	(128.571)	406.444				

e) Ações em tesouraria

Para cumprimento ao plano de opções de ações (Nota 20), foram aprovados os programas de aquisições de 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias nominativas através da Ata da 40ª Reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2011, e de 3.000.000 (três milhões) ações ordinárias nominativas através da Ata da 45ª Reunião do Conselho de Administração de 1° de março de 2012, ambas, sem diminuição do capital social. A quantidade total de ações da Companhia permitida pelos programas, é de até 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, correspondente a 4,64% das ações em circulação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

e) Ações em tesouraria -- Continuação

Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 10/80, o prazo máximo para a liquidação da operação é em menos de 365 dias.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	
	Ordinárias	R\$
Saldo no inicio do exercício	-	-
Recompras	310.000	2.612
Exercício de opção de compra de ações (Nota 20)	(310.000)	(2.612)
Saldo no final do exercício	-	-

O custo médio de aquisição dessas ações foi de R\$8,43, sendo o menor valor adquirido R\$7,78 e o maior valor adquirido R\$9,61.

f) Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Dos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos, calculados conforme seque:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	429.003	305.446
Resultado na venda de ações referente plano de opções	(836)	(2.819)
Reserva de incentivos fiscais	(100.925)	(69.225)
Reserva de Incentivos fiscais de controlada – MHL Calçados Ltda.	(1.457)	(803)
Apropriação da reserva legal	(16.404)	(11.811)
Base de cálculo dos dividendos	309.381	220.788
Proposição da administração	293.503	219.526
Percentual sobre a base de cálculo	94,9%	99,4%

Do montante proposto no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, R\$132.317 foram pagos ao longo do próprio exercício de 2011 e o saldo de R\$87.209 foi liquidado em 26 de abril de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos--Continuação

No exercício de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$188.250, sendo distribuídos R\$58.941 (representando R\$0,196 por ação) em 16 de maio de 2012, R\$42.702 (representando R\$0,142 por ação), em 22 de agosto de 2012 e R\$86.607 (representando R\$0,288 por ação), em 21 de novembro de 2012.

Adicionalmente, a Administração propôs, em 31 de dezembro de 2012, o pagamento complementar de R\$105.253 (representando R\$0,35 por ação) perfazendo um dividendo total de R\$293.503, após deduções legais e estatutárias.

O percentual pretendido de distribuição total dos dividendos é de aproximadamente 75% do lucro líquido do exercício após a constituição das reservas.

g) Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41/ IAS 33, lucro por ação ("Earnings per Share"), demonstramos a seguir a reconciliação do lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	Controladora			
	2012	2011		
Numerador				
Lucro líquido do exercício	429.003	305.446		
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias	300.720.000	300.720.000		
Lucro básico por ação ordinária	1,43	1,02		
Média ponderada do número de ações ordinárias Exercício de opção de compra de ações	300.720.000 1.504.579 302.224.579	300.720.000 1.022.566 301.742.566		
Lucro diluído por ação ordinária	1,42	1,01		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão registrados no passivo circulante sob a rubrica: impostos, taxas e contribuições; líquido das compensações realizadas no exercício e dos incentivos fiscais, como demonstrados a seguir:

	2012					
		Controladora			Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Valor devido	100.231	38.362	138.593	111.983	38.496	150.479
Incentivos fiscais	(82.440)		(82.440)	(82.701)		(82.701)
	17.791	38.362	56.153	29.282	38.496	67.778
Compensações	(19.441)	(35.851)	(55.292)	(19.520)	(35.985)	(55.505)
	(1.650)	2.511	861	9.762	2.511	12.273

	2011						
		Controladora		Consolidado			
	Imposto	Contribuição		Imposto	Contribuição		
	de renda	social	Total	de renda	social	Total	
Valor devido	75.261	28.419	103.680	75.126	28.431	103.557	
Incentivos fiscais	(58.694)		(58.694)	(58.694)		(58.694)	
	16.567	28.419	44.986	16.432	28.431	44.863	
Compensações	(21.313)	(27.512)	(48.825)	(21.341)	(27.518)	(48.859)	
	(4.746)	907	(3.839)	(4.909)	913	(3.996)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora		Consoli	dado
-	2012	2011	2012	2011
Classificados no ativo não circulante:				
Imposto de renda				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.613	4.286	4.647	4.329
Provisão para descontos por pontualidade	8.155	7.194	8.302	7.308
Ajustes a valor presente – AVP	1.346	2.061	1.939	2.219
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	768	741	812	768
Provisão para obrigações a pagar	-	1.278	-	1.318
Provisão para riscos trabalhistas	575	750	575	751
Ajuste a valor de mercado – Aplicações				
financeiras	-	(983)	-	(983)
Depreciação	(926)	(1.746)	(926)	(1.746)
Prejuízo fiscal em controladas	-	-	974	915
Outros	494	724	1.405	(570)
-	15.025	14.305	17.728	14.309
Contribuição social				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.762	1.543	1.763	1.543
Provisão para descontos por pontualidade	3.116	2.590	3.169	2.631
Ajustes a valor presente – AVP	514	742	514	742
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	293	267	293	267
Provisão para obrigações a pagar	-	460	-	474
Provisão para riscos trabalhistas	220	270	220	270
Ajuste a valor de mercado – Aplicações				
financeiras	-	(354)	-	(354)
Depreciação	(354)	(629)	(354)	(629)
Outros	`189 [´]	261	(51)	(7)
_	5.740	5.150	5.554	4.937
Ativo não circulante	20.765	19.455	23.282	19.246
Alivo nao onculante	20.700	19.700	20.202	13.270

c) Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Conso	lidado
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	19.455	11.148	19.246	11.491
Tributos gerados no resultado do exercício Tributos gerados no patrimônio líquido	(27) 1.337	10.190 (1.883)	2.379 1.657	10.018 (2.263)
Saldo no final do exercício	20.765	19.455	23.282	19.246

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	2012				
	Contr	oladora	Cons	olidado	
	Imposto de	Contribuição	Imposto de	Contribuição	
	renda	social	renda	social	
Lucro antes dos tributos	485.183	485.183	495.290	495.290	
Efeito dos ajustes no lucro por mudança de prática contábil Lei 11.638/07	(13.784)	(13.784)	(14.980)	(14.980)	
Lucro ajustado antes dos tributos	471.399	471.399	480.310	480.310	
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(117.850)	(42.426)	(120.078)	(43.228)	
Ajustes para demonstração da taxa efetiva Resultado de equivalência patrimonial Adições permanentes Incentivo à inovação tecnológica Operações Hedge Efeito do recálculo depreciação Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT) (Lei Rouanet/ Funcrianca/ Audiovisual/	4.099 (7.742) 8.584 28 820 2.557	1.476 (2.787) 3.090 7 275	(7.742) 8.584 28 820 2.566	(2.787) 3.090 7 275	
Desporto) Lucros não realizados nos estoques Outros	3.750 (117) 5.377	- (28) 2.267	3.750 (117) 2.322	- (28) 4.438	
Valor antes da dedução do incentivo fiscal IRPJ	(100.494)	(38.126)	(109.867)	(38.233)	
Taxa efetiva após considerar impactos da Lei 11.638/07	21,3%	8,1%	22,9%	8,0%	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	82.440	-	82.701	-	
Valor registrado no resultado	(18.054)	(38.126)	(27.166)	(38.233)	
Total de tributos registrados ao resultado	(56.1	180)	(65.3	399)	
Tributos correntes	(56.1		(67.7		
Tributos diferidos	•	27)	2.3	,	
Alíquota efetiva	11,0	6%	13,2	2%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais--Continuação

	2011				
	Contro	oladora	Consc	olidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Lucro antes dos tributos Efeito dos ajustes no lucro por mudança de	340.242	340.242	340.296	340.296	
prática contábil Lei 11.638/07	(1.766)	(1.766)	(2.639)	(2.639)	
Lucro ajustado antes dos tributos	338.476	338.476	337.657	337.657	
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(84.619)	(30.463)	(84.414)	(30.389)	
Ajustes para demonstração da taxa efetiva Resultado de equivalência patrimonial	438	158	_	_	
Adições permanentes	(992)	(357)	(992)	(357)	
Incentivo à inovação tecnológica	11.816	4.254	11.816	4.254	
Operações Hedge/ Swap	146	52	146	52	
Efeito do recálculo depreciação	996	358	996	358	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT) Incentivos fiscais de dedução do IRPJ	1.895	-	1.895	-	
(Lei Rouanet/ Funcriança/ Desporto)	1.762	-	1.762	-	
Lucros não realizados nos estoques	745	268	745	268	
Outros	45	8	350	(29)	
Valor antes da dedução do incentivo fiscal IRPJ	(67.768)	(25.722)	(67.696)	(25.843)	
Taxa efetiva após considerar impactos da Lei 11.638/07	20,0%	7,6%	20,0%	7,7%	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	58.694	-	58.694	-	
Valor registrado no resultado	(9.074)	(25.722)	(9.002)	(25.843)	
Total de tributos registrados ao resultado	(34.796)		(34.845)		
Tributos correntes Tributos diferidos	(44.9 10.1		(44.8 10.0	,	
Alíquota efetiva	10,2%		10,2%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

17. Resultado financeiro líquido

Controladora		Consolidado	
2012	2011	2012	2011
(11.277)	(5.324)	(11.277)	(5.324)
(6.790)	(15.038)	(9.223)	(15.038)
(34.438)	(27.502)	(47.738)	(38.138)
(2.488)	(3.562)	(4.222)	(4.293)
(54.993)	(51.426)	(72.460)	(62.793)
	, ,		,
1.874	2.869	1.889	2.883
14.834	3.939	14.834	3.939
92.609	128.120	93.747	128.810
34.883	25.662	49.708	35.451
41.272	42.122	41.272	42.122
3.391	2.121	3.487	2.591
188.863	204.833	204.937	215.796
133.870	153.407	132.477	153.003
	2012 (11.277) (6.790) (34.438) (2.488) (54.993) 1.874 14.834 92.609 34.883 41.272 3.391 188.863	2012 2011 (11.277) (5.324) (6.790) (15.038) (34.438) (27.502) (2.488) (3.562) (54.993) (51.426) 1.874 2.869 14.834 3.939 92.609 128.120 34.883 25.662 41.272 42.122 3.391 2.121 188.863 204.833	2012 2011 2012 (11.277) (5.324) (11.277) (6.790) (15.038) (9.223) (34.438) (27.502) (47.738) (2.488) (3.562) (4.222) (54.993) (51.426) (72.460) 1.874 2.869 1.889 14.834 3.939 14.834 92.609 128.120 93.747 34.883 25.662 49.708 41.272 42.122 41.272 3.391 2.121 3.487 188.863 204.833 204.937

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- <u>Caixa e equivalentes de caixa</u> são classificadas na categoria "empréstimos e recebíveis" e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- Aplicações financeiras as aplicações classificadas nas categorias "investimentos mantidos até o vencimento", que são mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros e as aplicações classificadas como "ativos financeiros disponíveis para venda" que são mensuradas ao seu valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- a) Instrumentos Financeiros -- Continuação
 - <u>Contas a receber</u> são classificadas na categoria "empréstimos e recebíveis" e decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, desconto pontualidade e ajuste a valor presente.
 - <u>Fornecedores</u> são classificados na categoria "passivos mensurados pelo custo amortizado" e decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
 - <u>Empréstimos e financiamentos</u> são classificados na categoria "passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado" pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos se aproximam aos seus valores contábeis na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são assim demonstrados:

	Valor contábil					
	Controla	dora	Conso	lidado		
	2012	2011	2012	2011		
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	8.125	51.128	14.489	61.518		
Aplicações financeiras	859.421	854.062	859.421	854.062		
Contas a receber de clientes	705.661	639.365	806.149	624.586		
Derivativos	568	84	568	84		
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	63.013	109.966	137.963	110.674		
Fornecedores	52.558	25.166	56.806	27.011		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos Financeiros -- Continuação

Valor justo					
Controla	dora	Consol	lidado		
2012	2011	2012	2011		
8.125	51.128	14.489	61.518		
859.421	854.564	859.421	854.564		
705.661	639.365	806.149	624.586		
568	84	568	84		
63.013	109.966	137.963	110.674		
52.558	25.166	56.806	27.011		
	8.125 859.421 705.661 568	Controladora 2012 2011 8.125 51.128 859.421 854.564 705.661 639.365 568 84 63.013 109.966	Controladora Consol 2012 2011 2012 8.125 51.128 14.489 859.421 854.564 859.421 705.661 639.365 806.149 568 84 568 63.013 109.966 137.963		

(*) A Companhia mensura seus instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme requerido pelo CPC 40/IFRS 7 e de acordo com o nível 1 de hierarquia.

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 4.c.4.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

b.1) Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais

A estratégia de contratação destas operações tem como objetivo a proteção das receitas de vendas e ativos financeiros da Companhia e de suas controladas sujeitas à exposição cambial. Estes instrumentos são utilizados com a finalidade específica de proteção, cujo portfólio consiste, na venda de dólares dos Estados Unidos futuro, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&F, contratos de ACC (Adiantamentos de contrato de câmbio) e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).

Nas operações de contrato de venda na BM&F o impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas ocorre mediante a apuração de ajustes da cotação do dólar dos Estados Unidos até a liquidação dos contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- b) Instrumentos Financeiros Derivativos -- Continuação
 - b.1) Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais--Continuação

Os limites máximos de exposição cambial líquida são compostos de: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber de câmbios a contratar; (iv) projeções de exportações de até 90 dias, menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira (ii) importações em andamento e (iii) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

Não é permitida a utilização de outras formas de proteção cambial sem expressa autorização dos administradores da Companhia bem como, não são permitidas a utilização de instrumentos financeiros derivativos exóticos com propósito de especulação. Até o presente momento, não há autorização por parte dos administradores da Companhia para utilização de outras formas de proteção cambial.

As operações de proteções cambiais são usualmente efetuadas junto à BM&F através de corretoras especializadas, realizadas sem margeamento. A garantia é normalmente constituída por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

No quadro abaixo são demonstradas as posições verificadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com os valores nominais e de mercado, os quais foram apurados conforme descrito na Nota 4.c.1 e 4.c.2.

Va	ılor de Referê	ncia				Salde	a Receber (Pag	gar)
	(notional)	onal) Valor de Referência (R\$)			cia (R\$)	Valor justo		
Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011
US\$	76.000	10.000	R\$	156.077	18.800	R\$	568	84
US\$	76.000	10.000	R\$	156.077	18.800	R\$	568	84
	Moeda US\$	(notional) Moeda 2012 US\$ 76.000	Moeda 2012 2011 US\$ 76.000 10.000	(notional) Valor of Moeda 2012 2011 Moeda	(notional) Valor de Referênce Moeda 2012 2011 Moeda 2012 US\$ 76.000 10.000 R\$ 156.077	(notional) Valor de Referência (R\$) Moeda 2012 2011 Moeda 2012 2011 US\$ 76.000 10.000 R\$ 156.077 18.800	(notional) Valor de Referência (R\$) Moeda 2012 2011 Moeda 2012 2011 Moeda US\$ 76.000 10.000 R\$ 156.077 18.800 R\$	(notional) Valor de Referência (R\$) Valor justo Moeda 2012 2011 Moeda 2012 2011 Moeda 2012 US\$ 76.000 10.000 R\$ 156.077 18.800 R\$ 568

É importante salientar que estas operações estão associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros em moeda estrangeira, os quais estão igualmente relacionados à variação da cotação do câmbio, compensando eventuais ganhos ou perdas apuradas. O saldo a receber do valor justo apresentado em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$568 (R\$84 em 2011), está classificado na conta de títulos de créditos a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos

c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

Os principais passivos financeiros da Companhia, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, são compostos por empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. A Companhia possui outros créditos, contas a receber, disponibilidades e investimentos de curto prazo que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, depósitos, títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

a) Risco de crédito:

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras; análise dos créditos concedidos a clientes; o estabelecimento de limites de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação

a) Risco de crédito:--Continuação

A política de gestão de riscos da Companhia e de suas controladas, para as aplicações financeiras, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que os recursos financeiros disponíveis devem ser mantidos, substancialmente em bancos de primeira linha (assim considerados os 10 maiores bancos por ativos do país) de uma forma diversificada em instrumentos financeiros atrelados a uma cesta de indicadores compostos por CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

b) Risco liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A tabela a seguir demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

Financiamento ativo fixo Capital de giro, ACC e ACE Financiamentos – Proapi e Provin

	2012										
_	Co	ntroladora		C	onsolidado)					
_	Até um	De 1 a 9		Até um	De 1 a 9						
	ano	anos	Total	ano	anos	Total					
	474	2.710	3.184	474	2.710	3.184					
	45.944	-	45.944	120.894	-	120.894					
1	2.215	11.670	13.885	2.215	11.670	13.885					
Ī	48.633	14.380	63.013	123.583	14.380	137.963					

2011

_	Co	ntroladora		C)		
	Até um De 1 a 9			Até um	De 1 a 9		
_	ano	anos	Total	ano	anos	Total	
Financiamento ativo fixo	476	3.178	3.654	476	3.178	3.654	
Capital de giro, ACC e ACE	93.320	-	93.320	94.028	-	94.028	
Financiamentos – Proapi e Provin	3.047	9.945	12.992	3.047	9.945	12.992	
_	96.843	13.123	109.966	97.551	13.123	110.674	
=							

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação

b) Risco liquidez: -- Continuação

	2012						
•	Co	ontroladora		Consolidado			
	Projeçã	ão incluindo	juros	Projeção incluindo juros			
		futuros			futuros		
	Até um	De 1 a 9		Até um	De 1 a 9		
	ano	anos	Total	ano	anos	Total	
Financiamento ativo fixo	607	3.066	3.673	607	3.066	3.673	
Capital de giro, ACC e ACE	46.118	-	46.118	135.752	-	135.752	
Financiamentos – Proapi e Provin	2.274	13.775	16.049	2.274	13.775	16.049	
	48.999	16.841	65.840	138.633	16.841	155.474	

	2011							
-	Co	ntroladora		Consolidado Projeção incluindo juros futuros				
·	Projeçã	io incluindo futuros	o juros					
	Até um	De 1 a 9		Até um	De 1 a 9			
	ano	anos	Total	ano	anos	Total		
Financiamento ativo fixo	630	3.666	4.296	630	3.666	4.296		
Capital de giro, ACC e ACE	93.639	-	93.639	94.355	-	94.355		
Financiamentos – Proapi e Provin	3.196	11.927	15.123	3.196	11.927	15.123		
_	97.465	15.593	113.058	98.181	15.593	113.774		

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a uma cesta de indicadores como CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação
 - c) Risco de mercado: -- Continuação

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além de contas a receber originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam, se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui adiantamentos de contrato de exportação de US\$22.489 mil (US\$49.760 mil em 2011), o qual é compatível com as vendas programadas para o mercado externo no vencimento dos contratos. Não há outros financiamentos e empréstimos contratados ou indexados a qualquer moeda estrangeira.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria prima, a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços internacionais destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.2) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2012 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes de 25% e 50% para aplicações financeiras e crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e resgates de aplicações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, e CDI.

No quadro a seguir são apresentadas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2012, com os valores nominais e juros de cada instrumento contratado, a saber:

		Cenário Provável		
		(Valor	Cenário	Cenário
<u>Operação</u>	Moeda	Contábil)	Possível	Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Juros aplicações financeiras	R\$	55.932	47.339	38.735
Depreciação da Taxa em			25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras				
CDI %		6,90%	5,18%	3,45%
IPCA		5,53%	4,15%	2,77%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Encargos de financiamentos – Proapi e Provin	R\$	700	874	1.049
Apreciação da Taxa em			25,00%	50,00%
Referência para Passivos Financeiros				
TJLP		5,50%	6,88%	8,25%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.3) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos contratados

c3.1) Instrumentos de proteção cambial

A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção de taxa de câmbio em 3 (três) cenários para o exercício 2012, a saber:

- <u>Cenário Provável</u>: Neste cenário foi considerado que a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$2,0536.
- <u>Cenário Possível</u>: Neste cenário a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$2,5671, equivalente a 25% superior à cotação do primeiro cenário.
- <u>Cenário Remoto</u>: Neste cenário a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$3,0805, equivalente a 50% superior à taxa do primeiro cenário.

A seguir demonstramos o resumo do impacto em cada cenário projetado, para posição com vencimento em 31 de janeiro de 2013.

	Moeda	2012	Cotação do dólar em 2012	Valor em R\$	Impacto
Cenário Provável					
Compromissos de Venda					
Posição Vendida	US\$	76.000	R\$ 2,0536	156.077	568
Cenário Possível - 25%					
Compromissos de Venda					
Posição Vendida	US\$	76.000	R\$ 2,5671	195.100	(39.023)
Cenário Remoto - 50%					
Compromissos de Venda Posição Vendida	US\$	76.000	R\$ 3,0805	234.118	(78.041)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.4) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma politica de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

A alteração na política de dividendos em 2011, ao qual passou a incluir os incentivos fiscais relacionados aos programas Provin e Proapi, na base de cálculo dos dividendos não impactou aos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia adotados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Contro	oladora	Consc	olidado
2012	2011	2012	2011
63.013	109.966	137.963	110.674
(8.125)	(51.128)	(14.489)	(61.518)
54.888	58.838	123.474	49.156
	-		
1.952.332	1.800.563	1.953.562	1.800.952
2,8%	3,3%	6,3%	2,7%
	63.013 (8.125) 54.888 1.952.332	63.013 109.966 (8.125) (51.128) 54.888 58.838 1.952.332 1.800.563	2012 2011 2012 63.013 109.966 137.963 (8.125) (51.128) (14.489) 54.888 58.838 123.474 1.952.332 1.800.563 1.953.562

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

19. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios, a Companhia praticou as seguintes transações com as partes relacionadas:

a) Montantes dos saldos e transações a receber e a pagar – Empresas relacionadas

	Controladora								
		Salde	os		Transações				
	Saldos ativos por mútuo e conta corrente	Saldos passivos por mútuo e conta corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Vendas de produtos	Compras de produtos e serviços	Despesas financeiras	Receitas financeiras	
Controladas									
Grendene USA, Inc. Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	:	6.936 5.753	100 2.273	10.375 7.291	1.296 1.032	876 1.895	1.692 1.273	
Grendene Argentina S.A.									
Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	-	43.714	-	26.197 29.238	-	-	-	
MHL Calçados Ltda. Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	-	1.236 9.397	366 11	13.236 14.601	355 18	-	-	
Outras									
Telasul S.A. Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	:	3	- 193	3 13	1.920 3.407	-	-	
Vulcabrás Azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.									
Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	-	4 92	-	431 555	-	-	-	
Vulcabrás Azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.									
Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	:	3 -	-	11 -	-	-	-	
Vulcabrás Azaléia Argentina S.A.									
Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	-	533 1.061	-	1.052 1.380	-	116 278	230 352	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

19. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

a) <u>Montantes dos saldos e transações a receber e a pagar – Empresas relacionadas</u>-Continuação

	Consolidado							
	Saldos				Transações			
	Saldos ativos por mútuo e conta corrente	Saldos passivos por mútuo e conta corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Vendas de produtos	Compras de produtos e serviços		Receitas financeiras (variação cambial)
Outras								
Telasul S.A. Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-		3	- 193	3 13	1.920 3.407	<u>-</u> -	-
Vulcabrás Azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.								
Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	-	4 92	-	431 555	-	-	-
Vulcabrás Azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	-	3	:	11		<u>-</u>	<u>-</u>
Vulcabrás Azaléia Argentina S.A.(*) Saldo 31/12/2012 Saldo 31/12/2011	-	-	533 1.061	- 412	1.052 1.380	6.665 4.628	116 278	230 352

^(*) O saldo de contas a pagar e a transação de compra de produtos para a parte relacionada Vulcabrás Azaléia Argentina S.A. referem-se a transações e saldos com a controlada Grendene Argentina.

b) Natureza, termos e condições das transações - Empresas relacionadas

• As transações de vendas realizadas com as controladas Grendene USA, Inc. (sediada nos Estados Unidos) e Grendene Argentina S.A. (sediada na Argentina) referem-se a vendas de calçados para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. As transações de vendas realizadas com a controlada MHL Calçados Ltda. e com as partes relacionadas Vulcabrás Azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (sediada no Brasil), Vulcabrás Azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (sediada no Brasil), e Vulcabrás Azaléia Argentina S.A. (sediada na Argentina), referem-se a vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento para vendas ao exterior é de aproximadamente 180 dias e no mercado doméstico é de aproximadamente 174 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

19. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

- b) <u>Natureza, termos e condições das transações Empresas relacionadas</u>--Continuação
 - As operações efetuadas com Telasul S.A. (sediada no Brasil) referem-se a compras de expositores utilizados para a divulgação dos produtos da Companhia. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 30 dias.
 - As transações realizadas com MHL Calçados Ltda. (sediada no Brasil) referemse à compra de insumos para o processo produtivo. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 284 dias.
 - A Grendene USA, Inc. comercializa calçados produzidos pela Companhia e atua como representante comercial para clientes com sede nos Estados Unidos. Sobre as vendas realizadas a clientes nos Estados Unidos com entrega direta pela Grendene, a Grendene USA, Inc é remunerada com base em comissão de 6%. O prazo médio de pagamento das comissões de vendas ao exterior é de aproximadamente 180 dias.

As Companhias Telasul S.A, Vulcabrás Azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabrás Azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., e Vulcabrás Azaléia Argentina S.A. são controladas por acionistas da Grendene S.A..

As Companhias Alexandre G. Bartelle Participações S.A., Grendene Negócios S.A. e Verona Negócios e Participações S.A. são controladoras da Grendene S.A.. Não há outras transações, exceto dividendos pagos, entre a Companhia e suas controladoras, nos exercícios de 31 de dezembro 2012 e 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

19. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da Administração chave

As despesas com salários e encargos sociais, pagas às pessoas chaves estão demonstradas a seguir:

	Controladora		
	2012	2011	
Conselho da Administração	768	852	
Conselho fiscal	207	159	
Diretoria estatutária	2.808	3.080	
	3.783	4.091	

Como remuneração variável a Companhia possui um plano de opções de ações conforme transcrito na Nota 20, cujo saldo a pagar por meio de compra de ações em 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.636 (R\$1.615 em 2011).

A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego.

d) Outras partes relacionadas

A Companhia utiliza serviços de assessoria e agenciamento de viagens aéreas de empresas pertencentes à parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2012 os valores gastos com estes serviços totalizaram R\$602 (R\$574 em 2011), que representou aproximadamente 0,04% das despesas gerais da Companhia. Não existem saldos pendentes a pagar em 31 de dezembro de 2012.

20. Plano de opções de ações

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou a despesa com remuneração por meio de opções de compras de ações, como despesa com pessoal, com base no valor justo das operações na data da concessão das mesmas, no valor de R\$1.636 (R\$1.615 em 2011).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o "Plano de Opção de Ações", a vigorar a partir de 14 de Abril de 2008, para diretores e gerentes da Companhia, exceto diretores controladores. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um Comitê especialmente criado para tanto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de ações--Continuação

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções estão limitadas a 5% do capital social da Companhia. As ações resultantes do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 6 anos contados da data de outorga. O período de carência (vesting) será de até 3 anos, com liberações de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas outorgas de ações, conforme descrito a seguir: i) em 25 de abril de 2008, 2.039.901 ações (pós desdobramento), ii) em 05 de março de 2009, 900.000 ações (pós desdobramento), iii) em 04 de março de 2010, 700.000 ações, iv) em 4 de fevereiro de 2011, 1.741.632 ações, e v) em 1° de março de 2012, 326.847 ações p ara Opção de Compra ou Subscrição de ações da Companhia aos diretores e gerentes exceto diretores controladores.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2009 aprovou o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, passando cada ação ordinária ser representada por 3 (três) ações pós desdobramento.

Em 1° de março de 2012, através da Ata da 45ª Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a alteração do Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, nos itens 4.1, 4.2 e 4.5 da Cláusula IV, conforme descrito a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de ações--Continuação

Regulamento de Plano de Outorga de Opções de compra ou subscrição de ações – Cláusula IV – texto original	Nova redação aprovada através da Ata da 45ª Reunião do Conselho de Administração
4.1. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "Vesting". O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que: (a) tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior ou (b) tiver aprovado as Demonstrações Financeiras do primeiro semestre do exercício respeitados os limites previstos em 3.2 supra.	4.1. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "Vesting". O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior, respeitados os limites previstos em 3.2 supra.
4.2. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e semestrais.	4.2. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais.
4.3. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 20% sobre o resultado da média referida neste item.	4.3. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 50% sobre o resultado da média referida neste item.

a) Resumo de outorga de ações para opção de compra ou subscrição de ações

A composição das opções concedidas e as movimentações ocorridas são demonstradas a seguir:

Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Valor Prêmio da Opção	Valor justo na data de concessão
25/04/2008	7,30	25/04/2009	679.967	0,31	7,61
	,			,	,
25/04/2008	7,30	25/04/2010	1.359.934	0,31	7,61
25/04/2008	7,30	25/04/2011	2.039.901	0,31	7,61
05/03/2009	4,26	05/03/2010	300.000	0,42	4,68
05/03/2009	4,26	05/03/2011	600.000	0,42	4,68
05/03/2009	4,26	05/03/2012	900.000	0,42	4,68
04/03/2010	10,08	04/03/2011	233.333	2,28	12,36
04/03/2010	10,08	04/03/2012	466.666	2,28	12,36
04/03/2010	10,08	04/03/2013	700.000	2,28	12,36
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	1,20	12,00
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	1,20	12,00
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	1,20	12,00
01/03/2012	4,33	01/03/2013	108.949	4,21	8,54
01/03/2012	4,33	01/03/2014	217.898	4,21	8,54
01/03/2012	4,33	01/03/2015	326.847	4,21	8,54

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de ações--Continuação

a) Resumo de outorga de ações para opção de compra ou subscrição de ações--Continuação

		Qu	antidade de açõ	es	
Ano da outorga	Saldo final em 2011	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final em 2012
2008	518.510	-	(12.633)	(52.152)	453.725
2009	297.614	-	(297.367)	-	247
2010	654.751	-	-	(26.769)	627.982
2011	1.666.176	-	-	(62.976)	1.603.200
2012	-	326.847	-	(6.666)	320.181
	3.137.051	326.847	(310.000)	(148.563)	3.005.335

	Quantidade de ações						
Ano da outorga	Saldo final em 2010	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final em 2011		
2008	1.288.876	-	(760.577)	(9.789)	518.510		
2009	658.175	-	(339.423)	(21.138)	297.614		
2010	693.112	-	-	(38.361)	654.751		
2011		1.741.632	-	(75.456)	1.666.176		
	2.640.163	1.741.632	(1.100.000)	(144.744)	3.137.051		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de ações--Continuação

b) Resultado líquido da opção de compra de ações

A movimentação das operações de alienação, cancelamentos e aquisição ocorridas no exercício decorrente das operações com opções:

						Resu	ltado
Plano de		Data da	Quantidade	Quantidade	Preço	Ajustes do	
opção de		outorga/	máxima de	de ações	médio	plano de	da venda
ações	Movimentação	realização	ações	ordinárias	da ação	ações	de ações
	Opções de compra de ações emitidas	25/04/2008	2.039.901	-	7,29	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	03/09/2009	-	(213.000)	7,05	-	-
	Emissão para aumento de capital	22/03/2010	-	496.875	7,29	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	22/03/2010	-	(496.875)	7,29	-	-
Primeiro	(-) Canceladas	29/03/2010	-	(41.150)	7,29	-	-
	(-) Canceladas	25/02/2011	-	(9.789)	7,29	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	15/03/2011	-	(760.577)	6,64	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2012	-	(12.633)	4,74	-	(12)
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(52.152)	7,29	(37)	-
	Opções de compra de ações emitidas	05/03/2009	900.000	-	4,12	-	-
	Emissão para aumento de capital	22/03/2010	-	223.125	4,12	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	22/03/2010	-	(223.125)	4,12	-	-
Sogundo	(-) Canceladas	29/03/2010	-	(18.700)	4,12	-	-
Segundo	(-) Canceladas	25/02/2011	-	(8.620)	4,12	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	15/03/2011	-	(339.423)	6,64	-	-
	(-) Canceladas	01/07/2011	-	(12.518)	4,12	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2012	-	(297.367)	4,74	-	(150)
	Opções de compra de ações emitidas	04/03/2010	700.000	-	9,16	-	-
	(-) Canceladas	29/07/2010	-	(6.888)	9,16	-	-
Terceiro	(-) Canceladas	25/02/2011	-	(9.189)	9,16	-	-
	(-) Canceladas	01/07/2011	-	(29.172)	9,16	-	-
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(26.769)	9,16	(55)	-
	Opções de compra de ações emitidas	24/02/2011	1.741.632	-	9,76	-	-
Quarto	(-) Canceladas	01/07/2011	-	(75.456)	9,76	-	-
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(62.976)	9,76	(47)	
Ouinto	Opções de compra de ações emitidas	01/03/2012	326.847	-	3,92		-
Quinto	(-) Canceladas	04/05/2012		(6.666)	3,92	(4)	
	Movimento das ações no patrimônio					(4.42)	(400)
	líquido					(143)	(162)

c) <u>Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados</u>

A Companhia reconhece as despesas com remuneração variável dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, o qual foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções "Black-Scholes". Para determinar este valor justo médio ponderado, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de ações--Continuação

c) <u>Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com</u> remuneração de empregados--Continuação

	Outorga em 25/04/2008	Outorga em 05/03/2009	Outorga em 04/03/2010	Outorga em 24/02/2011	Outorga em 01/03/2012
Total de opções de compra					
concedido	2.039.901	900.000	700.000	1.741.632	326.847
Preço de exercício	7,30	4,26	10,08	10,80	4,33
Volatilidade estimada	36,50%	36,50%	32,80%	27,60%	14,07%
Dividendo esperado sobre as					
ações	6%	9%	4%	4%	7%
Taxa de juros livre de risco					
média ponderada	12,00%	9,25%	11,25%	12,50%	9,50%
Maturidade máxima	6 anos				
Maturidade média	2,5 anos				
Valor prêmio da opção	0,31	0,42	2,28	1,20	4,21
Valor justo na data da					
concessão	7,61	4,68	12,36	12,00	8,54

A volatilidade foi apurada com base na oscilação média históricas dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga.

Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN).

O valor justo das opções concedidas durante o período de serviço exigido pelo plano é reconhecido como despesa, em base linear, em contrapartida de Reserva de Capital.

A Companhia não está compromissada à recompra de ações que forem adquiridas pelos beneficiários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

21. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Valor da cobertura	Vigência	Seguradora
Incêndios, vendaval e danos elétricos:			
Edificações	139.691	31/12/2011 a 31/12/2012	Itaú Seguros
Máquinas e equipamentos	270.231	31/12/2011 a 31/12/2012	Itaú Seguros
Estoques	74.003	31/12/2011 a 31/12/2012	Itaú Seguros

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consc	olidado
	2012	2011	2012	2011
Despesas por função				
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(979.681)	(841.219)	(1.000.168)	(840.497)
Despesas com vendas	(422.568)	(379.046)	(450.965)	(396.096)
Despesas gerais e administrativas	(63.369)	(56.806)	(70.413)	(61.177)
Outras receitas operacionais	5.632	6.587	5.752	6.678
Outras despesas operacionais	(3.624)	(4.171)	(3.719)	(4.251)
	(1.463.610)	(1.274.655)	(1.519.513)	(1.295.343)
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(438.866)	(410.400)	(446.599)	(416.883)
Matéria prima	(452.962)	(352.082)	(461.581)	(355.937)
Material de uso e consumo	(51.958)	(48.263)	(53.262)	(49.212)
Fretes	(91.614)	(68.665)	(95.727)	(71.358)
Publicidade e propaganda	(136.397)	(134.303)	(147.009)	(138.690)
Licenciamento exploração direitos autorais	(54.158)	(48.804)	(54.158)	(48.804)
Comissões	(79.838)	(63.922)	(82.509)	(65.305)
Energia	(26.316)	(22.731)	(27.322)	(23.554)
Depreciação e amortização	(29.886)	(27.631)	(30.822)	(28.060)
Outras despesas	(101.615)	(97.854)	(120.524)	(97.540)
	(1.463.610)	(1.274.655)	(1.519.513)	(1.295.343)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

23. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Contro	ladora	Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas	2.226.809	1.807.777	2.359.575	1.846.706
Mercado interno	1.872.380	1.532.728	1.883.389	1.533.442
Ajustes a valor presente - AVP	(37.987)	(43.559)	(37.987)	(43.559)
Mercado externo	349.575	289.266	472.507	327.037
Ajustes a valor presente - AVP	(754)	(603)	(2.135)	(573)
Incentivos fiscais – Proapi/ Procomex	33.434	27.432	33.550	27.818
Reintegra*	10.161	2.513	10.251	2.541
Devolução de vendas	(39.995)	(47.090)	(41.692)	(46.490)
Descontos financeiros	(110.524)	(93.620)	(148.610)	(110.361)
Impostos sobre a venda	(388.176)	(313.955)	(398.144)	(317.473)
Incentivos fiscais ICMS – Provin/ Probahia	133.251	111.670	134.331	112.158
INSS**	(22.824)	(1.878)	(23.134)	(1.904)
	1.798.541	1.462.904	1.882.326	1.482.636

Impostos sobre a venda

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7.00% a 18.00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (**)	1,00%

^(*) Vigente a partir de 1° de dezembro de 2011 de a cordo com a Lei n° 12.546 de 14/12/2011, a qual institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

^(**) Vigente a partir de 1° de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8° da Lei n° 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1° de ago sto de 2012 passou a ser de 1,00% conforme a MP n° 563 de 03/04/2012 e Lei n° 12.715 de 17/09/12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

24. Informações por segmento

Em função de produzir unicamente calçados sintéticos, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos (masculino, feminino e infantil, de massa, etc.) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo e os ativos não circulantes estão assim representados:

	Controladora				Consolidado	
	2012		2011		2012	2011
	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Receita bruta de vendas
Mercado interno Mercado externo	1.834.393 392.416 2.226.809	13.822 36.417 50.239	1.489.169 318.608 1.807.777	11.337 18.134 29.471	1.845.402 514.173 2.359.575	1.489.883 356.823 1.846.706

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se aos investimentos de suas controladas: MHL Calçados Ltda. (sediada no Brasil), Grendene Argentina S.A. (sediada na Argentina) e Grendene USA, Inc. (sediada nos Estados Unidos).

As informações de vendas brutas no mercado externo, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pela controladora no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior (a Grendene USA, Inc. e a Grendene Argentina S.A., nos Estados Unidos e na Argentina, respectivamente), e podem ser assim apresentadas:

	Consolidado		
	2012	2011	
Vendas brutas mercado externo a partir do:			
Brasil	357.749	289.638	
Estados Unidos	19.024	10.574	
Argentina	137.400	56.611	
-	514.173	356.823	

Não há clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas no mercado interno ou externo.

Os ativos não circulantes no exterior representam menos de 5% dos ativos não circulantes da Companhia.